

Os paulistas de quatrocentos anos: família e estilo de vida

Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer
de Maria Helena Bueno Trigo
Editora Annablume, 2001

por Graziela Serroni Perosa*

Originalmente elaborado como dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o livro traz a público um estudo sobre as famílias de cafeicultores paulistas. Trata-se de um excelente material de pesquisa para todos aqueles interessados em tomar como objeto de

investigação sociológica a história social e política das elites no Brasil.

Baseado numa variedade de fontes que incluem, além das entrevistas, memórias, legislações específicas sobre a família, anuários estatísticos e fotografias, a autora reconstrói as bases materiais e os valores simbólicos que sedimentaram as alianças internas desse pequeno grupo de famílias – um grupo social que teve ao longo do século XX uma influência notável na vida econômica, política e social de São Paulo. O principal

* Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo e doutoranda pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

objetivo da autora foi – utilizando-se dos instrumentos analíticos desenvolvidos principalmente por Norbert Elias e Pierre Bourdieu – apresentar as características do tipo de formação social a que esse grupo esteve exposto, e como isso deu origem a um *habitus* específico.

Uma das primeiras contribuições da autora está em revelar a existência de um mito em torno das chamadas “famílias quatrocentonas”. Trigo encontrou evidências suficientemente fortes para afirmar que a origem de grande parte dessas famílias de cafeicultores não ia além do século XVII. Embora a construção desse mito mereça ainda mais pesquisas, a autora apresenta alguns indícios do trabalho social de instituição desse grupo como o representante legítimo da tradição e da origem nobre, valores frequentemente associados às famílias “quatrocentonas”. A pesquisa explora principalmente o trabalho realizado, durante meio século, de culto às glórias do bandeirante, contadas repetidamente como sendo parte das raízes históricas do grupo.

As entrevistas foram centradas em descendentes dos cafeicultores paulistas conhecidos como os “barões do café”. No interior desse grupo foram entrevistados oito homens e doze mulheres cujos pais foram grandes cafeicultores no interior de São Paulo, nascidos e criados nas primeiras décadas do século XX. Vale lembrar, os “grandes cafeicultores”, em geral, eram homens que possuíam largas extensões de terras em várias regiões do Estado de São Paulo. Na maioria dos casos viviam em uma das fazendas com a

família, e uma parcela menor trazia sua família para residir em São Paulo. Outro traço característico dos entrevistados da autora é o fato de todos eles terem se casado em torno dos anos 30.

Vale ressaltar o esforço analítico de Maria Helena Bueno Trigo em explicitar em que condições essas entrevistas foram realizadas, incluindo reflexões sobre a maneira de contatar os depoentes, sempre antecedida por uma indicação, as expectativas e as observações de homens e mulheres em relação à situação de entrevista. Mais do que isso, Trigo fornece elementos importantes para pensarmos a condição do sociólogo diante desse grupo social. Esse ponto do trabalho é extremamente esclarecedor para os que trabalham com grupos de elite. O modo de se vestir e se apresentar, a instituição de origem do pesquisador e a maneira polida de estabelecer a relação são detalhes que interferem diretamente no grau de credibilidade que o pesquisador pode efetivamente conquistar. Todos esses “detalhes” foram cuidadosamente tratados como dados de pesquisa.

Para lançar luz sobre os nexos entre o capital econômico do grupo e seu capital simbólico, a autora descreve suas origens históricas, sua formação educacional e sua posição social como um todo. Ela examina com especial atenção a influência de uma primeira educação no interior de ambientes familiares, um espaço inicialmente marcado por facilidades econômicas e comportamentos que procuravam imitar a aristocracia européia.

Impossível não explicitar as diferenças de gênero nesse processo. Enquanto às mulheres, pólo simbolicamente dominado no interior de um grupo social dominante, coube uma socialização com a moral cristã do dever, de extrair satisfação em cumprir seu “destino social”, isto é, ser esposa e mãe de família exemplar, aos homens coube a missão de se destacar na vida pública e profissional para garantir as bases materiais para a reprodução da família.

Maria Helena Trigo busca explorar a constituição desses limites incorporados, o *habitus*, manifesto na forma de vocação. Longe de se apoiar apenas nos depoimentos, a autora tratou de examinar a *hexis* corporal do grupo, materializada na escolha das roupas, dos cosméticos, na maneira de se apresentar aos olhos do outro. Na fronteira de duas disciplinas de sua especialidade, a sociologia e a psicanálise, a autora buscou traçar um retrato social do grupo identificando suas estratégias para manter sua posição na hierarquia social.

Trigo reservou um espaço especial ao estudo das estratégias matrimoniais, analisando o sentido social do casamento no grupo estudado. Dos casamentos dentro da própria família, ou entre membros da parentela, segundo a autora, segue-se uma ampliação do universo das escolhas matrimoniais para o círculo composto pelas famílias conhecidas do grupo. Para ela, o casamento não é apenas um momento da vida privada dessas famílias que sela uma escolha exclusivamente amorosa. Mais do que isso, os casamentos constituem-se em um momento particularmente importante no sistema das estratégias de reprodução e de

manutenção de uma determinada posição na hierarquia social.

Tratado dessa forma, o rito social do casamento se revela como o momento da integração de várias ordens de necessidades – a do parentesco, a da economia e a da política. A autora mostra como o casamento é o momento em que todos os investimentos feitos pelos pais em seus filhos se tornam um conjunto de trunfos ou de fragilidades importantes no jogo das escolhas e das alianças. É o ponto de interseção entre os laços de sangue e os laços sociais, onde está em operação uma ligação inconsciente, para a autora, entre a propriedade e o sangue. Isso pode ser percebido pelo valor atribuído por essas famílias ao sobrenome, tomado principalmente como garantia do caráter.

A autora afirma que há uma mudança social importante, no período por ela analisado, nas formas como ocorrem as alianças matrimoniais do grupo. Para Trigo, trata-se de um alargamento do conceito de “igual”. Se, inicialmente, os casamentos eram feitos “em família”, aos poucos “igual” passou a ser aquele que partilha de algum campo de atividade: colega de universidade, companheiro de trabalho ou de esporte. O nível de instrução e a profissão se transformam em credenciais importantes para a inclusão no grupo estudado, realizada especialmente através das alianças matrimoniais.

Trigo mostra que, com o declínio financeiro, as famílias perderam paulatinamente o controle, e que os casamentos com filhos de imigrantes se intensificaram, principalmente por parte das mulheres. Para Trigo, muitas famílias permitiram que suas filhas se casassem com

imigrantes que já haviam acumulado outros trunfos que não a tradição do nome e da origem e sim o capital econômico e os diplomas de cursos superiores; para a autora, tratou-se de uma importante estratégia de manutenção da posição do grupo na sociedade paulista.

O grupo de cafeicultores procurou manter sob controle a hegemonia política e econômica em São Paulo através de inúmeras operações sociais, entre elas, a criação do Partido Republicano Paulista (PRP). Além disso, temos a criação do estatuto de coronel, concedido ou comprado pelos grandes senhores rurais, que se tornam chefes políticos que comandavam não apenas a família, mas toda uma rede de relações sociais, administrada através do cultivo de uma cumplicidade, construída através da concessão de favores aos amigos e familiares e pelo controle de votos. Essa hegemonia do grupo cafeeiro é fortemente abalada com a Revolução de 1930, com o declínio da economia baseada na ordem agrária.

Boa parte do interesse do livro de Maria Helena Bueno Trigo se assenta no material utilizado para a descrição do estilo de vida desse grupo – estilo, na acepção da autora, entendido como estratégia de diferenciação social. O livro reúne dados muito interessantes sobre os lugares da cidade que essas famílias procuraram para morar e o tipo de educação que reservaram aos filhos. Com a análise desse material, Trigo consegue, por exemplo, mapear parte da circulação dessas famílias pelo espaço social da cidade de São Paulo. Muitas famílias declararam que inicialmente residiam na região de Campos Elisios, área nobre da cidade no

início do século. Posteriormente, desvalorizada pela proximidade dos cortiços, foi abandonada pelo grupo, que a substituiu por Higienópolis. Neste livro, o leitor encontra também uma análise instigante de detalhes, em geral negligenciados, como a decoração das casas e os hábitos alimentares desse grupo social.

Através da interpretação do modo dessas famílias se relacionarem com a pesquisadora, Trigo identifica características importantes, especialmente úteis para aqueles que se dedicam ao estudo das elites no Brasil. Em suas palavras, “o grupo guarda distância, não permite maiores aproximações e intimidades, seleciona aqueles a quem concede algum contato”. Longe das premências materiais, o grupo desenvolveu disposições e práticas que continham em si uma exibição de liberdade, de naturalidade e de aparente desinteresse material.

A autora, claramente apoiada na sociologia de Pierre Bourdieu, nota entre seus entrevistados uma interessante “apologia da aprendizagem precoce”, do “gosto natural”, uma espécie de elogio de sua experiência familiar. Essa apologia de sua própria experiência aparece claramente na utilização recorrente da expressão “ter berço”, uma referência explícita do grupo ao aprendizado precoce de um capital simbólico, feita através das constantes alusões a um capital baseado em valores culturais, tais como o gosto pela leitura literária e pela pintura, a posse de um conjunto de credenciais escolares específicas. Um exemplo desse capital baseado em valores culturais é a freqüente referência a estabelecimentos escolares de prestígio, como

a passagem pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ou mesmo por colégios tradicionalmente destinados às elites, como o Colégio São Luís, no caso dos homens, ou o Colégio Des Oiseaux, no caso das mulheres. Foi com o apoio desse capital social que muitas das famílias cafeicultoras sobreviveram à derrocada econômica sem mudar a imagem que tinham de si mesmas.

O trabalho tem o mérito de fornecer características sobre a vida privada desse grupo social. Para a autora, a vida familiar e privada mantinha um forte apego à rotina, às ordens e aos rituais, fazendo com que tudo devesse ser feito sempre da mesma maneira e na mesma seqüência. Um marcador importante dessa rotina eram os horários fixos de refeições, em que toda a família se reunia.

Em estreita ligação com a moral do dever estava a valorização das aparências em seus mais diferentes sentidos: manter as aparências diante das dores físicas e morais, manter as aparências quando a situação econômica já não era tão brilhante, não demonstrar os sentimentos em público e jamais se comportar como alguém em decadência econômica. A educação era rígida, valorizava-se o obedecer, falar pouco e nada exigir. Os castigos e as punições eram aceitos como prerrogativas naturais dos pais e faziam parte da rotina diária.

Para as mulheres, a novidade em matéria de experiências sociais foi a entrada nos colégios. Nesses espaços elas conviviam com moças de outras famílias e fortaleciam os laços de convivência entre irmãs e primas, favorecendo a formação de uma rede familiar

baseada na forte ligação entre as mulheres da família. Os colégios conferiam diplomas de boa educação e de distinção, reforçando disposições adquiridas no meio familiar. Para os homens, o universo de sociabilidade não incluía só os colégios, mas o acesso a um curso superior, preferencialmente aos cursos de direito e engenharia.

Além disso, havia uma circulação social restrita a universos dominados pelas famílias: óperas, espetáculos de teatro, idas à praia ou às estações de água, viagens ao exterior, sempre acompanhado das famílias. Sem esquecer do corso da avenida Paulista e das trocas de visitas entre as famílias, extremamente comuns.

O estudo fornece dados para compreender as mudanças na forma de as famílias realizarem os investimentos educacionais de seus filhos. Uma dessas mudanças é o envio das mulheres para os colégios de freiras que substituiu, ao longo do século, a antiga estratégia de contratação de preceptoras para educação das moças no interior das famílias de elite. Outra alteração substancial passou a ser o incentivo dado aos filhos de fazendeiros para que adquirissem um diploma superior. Os investimentos das famílias na geração seguinte mostraram-se extremamente importantes, tornaram-se trunfos sociais significativos, especialmente mobilizados por ocasião das alianças matrimoniais.

Por fim, o que me parece interessante destacar de uma leitura da obra são dois pontos. Um primeiro diz respeito ao fato de que os depoimentos apresentados nem sempre estão acompanhados das características morfológicas

que permitam enxergar as possíveis fraturas do grupo estudado. Os dados sobre o gênero presente nos depoimentos não são suficientes; enriqueceria a pesquisa acrescentar dados como posição na fratria, a origem do capital econômico da família (materno/paterno), os trunfos e as fragilidades sociais que cada um deles mobilizou no jogo social. Dito de outro modo, com pouca caracterização, os depoimentos tendem a perder sua especificidade, favorecendo uma leitura homogeneizante das fontes.

O segundo ponto é a ausência dos nomes nos depoimentos. Para o aprofundamento do tema e para facilitar o trabalho de futuros pesquisadores, seria interessante que as fontes da pesquisa fossem reveladas¹. Entretanto, para que possamos compreender o fato de muitos pesquisadores, que têm como objeto a elite nacional, não identificarem publicamente as fontes, é preciso pensar no conjunto de constrangimentos a que o sociólogo está exposto ao pesquisar tais grupos. Isso porque,

num espaço em que o acesso às fontes é restrito, feito em grande medida por indicações, as entrevistas são confiadas a cada pesquisador, muitas vezes, a partir da mobilização de seus próprios recursos sociais, isto é, de uma rede de solidariedade, de amizade, que, através principalmente das indicações, possibilitou o acesso aos depoimentos.

Para alimentar essa discussão, um bom começo é o trabalho de Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot,² no qual os autores afirmam que, com a burguesia, o sociólogo se encontra em uma posição dominada, ao contrário da posição do pesquisador diante das classes populares, por exemplo. Trata-se de uma especificidade do estudo sociológico com os grupos da elite, com a qual temos que nos haver. Penso que o trabalho de Trigo inspira essa discussão, ao mesmo tempo que oferece ao leitor uma rica base de dados sobre o estilo de vida e a posição social de um importante segmento da elite nacional, os cafeicultores paulistas. ■

¹ Sérgio Miceli, autor de obras já consagradas sobre a elite nacional, em seu livro *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, oferece um enorme benefício aos leitores e pesquisadores da área ao nomear cada um dos sujeitos de sua pesquisa. Essa prática favorece o desenvolvimento cumulativo dos estudos sobre as elites.

² Ver PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique. *Voyage en grande bourgeoisie*. Paris: PUF, 1997.